

O ATO DE RESUMIR TEXTOS EM SALA DE AULA: UMA CONCEPÇÃO ENUNCIATIVA

THE ACT OF SUMMARIZING TEXTS IN THE CLASSROOM: AN ENUNCIATIVE CONCEPTION

EL ACTO DE RESUMIR TEXTOS EN EL AULA: UNA CONCEPCIÓN ENUNCIATIVA

Diego Vilanova TITELLO*

Resumo: Este artigo é um recorte de parte da reflexão desenvolvida na dissertação de mestrado *Enunciação e intersubjetividade: o que revela o ato de resumir*, de minha autoria. No presente trabalho, tenho o objetivo de apresentar uma parte dos resultados da pesquisa acima mencionada, na qual formulo uma concepção sobre o ato de resumir textos no espaço de ensino, à luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Sob a égide dessa corrente teórica, postulo a ideia de que, através do ato de resumir, o locutor-resumidor instaura a (inter)subjetividade no discurso e promove a sua compreensão do texto-base. O estudo aqui desenvolvido, além de fomentar reflexão para o campo enunciativo ao inserir o ato de resumir entre seus possíveis objetos de estudo, contemplando a leitura e escrita enquanto atos de enunciação implicados na produção do resumo informativo, também põe em relevo as contribuições que reflexões advindas da Teoria da Enunciação de Benveniste podem proporcionar ao ensino de leitura e produção textual em espaços de ensino, ao valorizar o espaço de enunciação que o aluno deve ocupar para se constituir em sua singularidade nas esferas das quais ele faz parte.

Palavras-chave: ato de resumir textos; Teoria da Enunciação; (inter)subjetividade.

Abstract: This article is a part cut of the reflection developed in the master dissertation *Enunciation and intersubjectivity: which reveals the act of summarizing*, of my authorship. In the present work, I intend to present a part of the results of the aforementioned research, in which I formulate a conception about the act of summarizing texts in the teaching space, in the light of Émile Benveniste's Theory of Enunciation. Based on this theory, I postulate the idea that, through the act of summarizing, the narrator-speaker introduces (inter) subjectivity in the discourse and promotes his understanding of the base text. The study developed here, besides fomenting reflection for the enunciative field by inserting the act of summarizing

* Doutorando e Mestre em Estudos da Linguagem, com ênfase em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: diego.titello@yahoo.com.br.

among its possible objects of study, contemplating reading and writing as acts of enunciation implied in the production of the informative summary, also highlights the contributions that reflections from the Benveniste's Theory of Enunciation can provide the teaching of reading and textual production in educational spaces, by valuing the space of enunciation that the student must occupy to be constituted in his singularity in the spheres of which he is a part.

Keywords: act of summarizing texts; Theory of Enunciation; (inter)subjectivity.

Resumen: Este artículo es un recorte de parte de la reflexión desarrollada en la disertación de maestría *Enunciación e intersubjetividad: lo que revela el acto de resumir*, de mi autoría. En el presente trabajo, tengo el objetivo de presentar una parte de los resultados de la investigación arriba mencionada, en la que formulo una concepción sobre el acto de resumir textos en el espacio de enseñanza, a la luz de la Teoría de la Enunciación de Émile Benveniste. En este sentido, postulo la idea de que, a través del acto de resumir, el locutor-resumidor instaura la (inter)subjetividad en el discurso y promueve su comprensión del texto-base. El estudio aquí desarrollado, además de fomentar la reflexión para el campo enunciativo al insertar el acto de resumir entre sus posibles objetos de estudio, contemplando la lectura y escritura en cuanto actos de enunciación implicados en la producción del resumen informativo, también destaca las contribuciones que reflexiones surgidas La Teoría de la Enunciación de Benveniste puede proporcionar a la enseñanza de lectura y producción textual en espacios de enseñanza, al valorar el espacio de enunciación que el alumno debe ocupar para constituirse en su singularidad en las esferas de las cuales forma parte.

Palabras clave: acto de resumir textos; Teoría de la Enunciación; (inter)subjetividad.

Introdução

Como a experiência ensina, no que se refere ao Ensino Superior, há o pressuposto de que haja um fluxo de leitura bastante denso e intenso, especialmente na área das Ciências Humanas, com o enfrentamento de artigos científicos, ensaios, capítulos de livros e até mesmo obras inteiras sobre um determinado tema, textos esses que passam a fazer parte da vida do estudante universitário, gerando, por vezes, algumas dificuldades no seu processo de inserção nesse novo mundo que se descortina para ele.

Nesse contexto de imersão no universo acadêmico, o instrumento que parece ser o mais utilizado e cobrado pelo professor no processo de ensino/aprendizagem é a produção do resumo informativo, texto que consiste essencialmente na exposição concisa

das ideias centrais de um texto e que implica, necessariamente, o ato de leitura do texto-base.

Desse modo, a atividade de resumir textos constitui uma das práticas linguísticas mais frequentes no contexto educacional atualmente: para o aluno, ora serve como técnica de estudo, ora como registro de leitura para posterior recuperação da informação; para o professor, além de ser uma importante estratégia de ensino, constitui, sobretudo, um modo – eficiente – de verificar a competência do estudante em leitura e escrita, uma vez que o ato de resumir envolve a articulação entre o ato enunciativo de ler e o de escrever.

Além de estar frequentemente presente no contexto da universidade, constata-se que o ato de resumir textos faz parte da vida escolar desde muito cedo. Como destaca Graeff (2001, p.15), “é, então, frequente a sua prática, seja como tarefa de apresentar o resumo de um texto para demonstrar que foi lido e entendido, seja como estratégia de estudo para provas ou trabalhos de pesquisa, entre outras razões”.

Pode-se observar que, a despeito de a atividade de resumir ter se tornado quase que obrigatória na graduação nas diversas áreas de conhecimento, os resumos produzidos pelos alunos ainda se mostram bastante heterogêneos: ora apresentam-se como “colchas de retalhos”, verdadeiro “recorte-colagem” das partes do texto eleitas como as mais importantes pelo aluno; ora como ordenação sequencial de tópicos sem relação entre si; e poucas, finalmente, como retextualização¹ bem articulada.

Parece que os universitários trazem para a esfera acadêmica representações de escrita do resumo que estão relacionadas a atividade de cópias das ideias do texto original, que, muito provavelmente, lhes foram inculcadas desde os bancos escolares. Existe uma crença generalizada de que, ao proceder-se dessa forma, estaria se garantindo o tal rigor de objetividade. No entanto, como manter esse rigor, se dispomos, para a produção de qualquer texto, apenas de palavras – por sinal, sempre subjetivas – para produzir sentidos na interlocução? Ora, pensar a língua enquanto enunciação, como é o meu intento aqui, significa renunciar a tomar os signos da língua elementos de um código biunívoco. De posse dessa compreensão, impõem-se os

¹ O conceito de retextualização, elaborado a partir dos estudos de Marcuschi (2010), será devidamente explorado mais adiante neste trabalho.

seguintes questionamentos: como continuar concebendo o texto do resumo unicamente e de modo simplório como retrato fiel das ideias de um texto original? Se o que condiciona esse texto é o ato de enunciação de um locutor (que denomino de locutor-resumidor) que interpreta o discurso do outro, é possível que haja rigor, objetividade e imparcialidade nessa “reprodução sintética”? Tratam-se de interrogações importantes às quais procuro responder no decorrer do trabalho.

Não ignoro que, ao lado da singular e irrepetível relação engendrada entre forma-sentido² acarretada pela passagem de locutor a sujeito no e pelo uso da língua, há certas regularidades impostas pela língua, o que permite, aliás, que haja comunicação linguística intersubjetiva. São elucidativas as palavras de Claudine Normand (2009a, p. 105) a respeito da intervenção do locutor-sujeito na língua:

Percebe-se então que um locutor nem mesmo precisa forçar a língua (“trapacear”) para produzir efeitos de sentido surpreendentes e que os enunciados mais comuns, cuja forma é esquecida até se tornar transparente, encerram uma potencialidade significativa que a análise pode tornar visível rompendo a complexidade das formas.

Parece-me que o ato de resumir e o seu produto, o discurso³ do resumo, constituem, de um ponto de vista geral e aceito pela coletividade, enunciados comuns, providos de completa objetividade e imparcialidade, no entanto, inspirando-nos nas palavras de Normand, objetivo aqui propor um olhar novo para essa questão: sob uma base teórica enunciativa, considero que esse ato encerra uma potencialidade de significação, isto é, por meio dele, o locutor-resumidor *ressignifica* as referências do texto-base, no intuito de expressar a *experiência de leitura singular* que produziu desse texto. Digo mais: a condição de o aluno se subjetivizar no e pelo ato de resumir se encontra na

² O uso do hífen nessa expressão não é aleatório, uma vez que, na concepção enunciativa benvenistiana, forma e sentido convivem em todos os níveis da língua.

³ Sabe-se que hoje os termos “discurso” e “análise do discurso” praticamente podem designar qualquer coisa (toda produção de linguagem pode ser considerada “discurso”), acarretando uma verdadeira proliferação de empregos da expressão “análise do discurso”. Em virtude disso, cabe-nos esclarecer que tomamos o termo “discurso” em sua especificidade enunciativa benvenistiana, que o concebe como o produto resultante de um ato de enunciação.

possibilidade de ele atualizar, em uma nova enunciação, os sentidos potenciais/possíveis construídos pelo locutor do texto-base, efetuando, desse modo, a *sua* atualização de sentido e referência no discurso.

No intuito de cumprir o objetivo a que se propõe este estudo, ele está estruturado da seguinte maneira: após essa introdução, a primeira seção aborda os atos enunciativos de ler e escrever, uma vez que a articulação deles promove a produção do resumo. Na segunda seção, formulo uma concepção para o ato de resumir texto, sob o égide da Teoria da Enunciação de Benveniste. Por fim, passo às considerações finais.

1 Leitura e escrita: atos enunciativos implicados no ato de resumir

Os atos de leitura e de escrita já foram tematizados por diferentes correntes teóricas (Teoria da Enunciação, Psicolinguística, Sociolinguística, Educação etc.). O objetivo, neste espaço, é empreender uma reflexão sobre esses dois atos enunciativos, à luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, autor cuja base teórica sustenta a proposta de olhar, sob o prisma enunciativo, para o ato de resumir.

Embora a articulação entre leitura-escrita já ter sido salientada por outros estudiosos que se dedicam a estudar o ato de resumir textos, reivindico, aqui, certa originalidade, visto que, a partir do estudo que desenvolvi em minha dissertação, tomo a leitura e a escrita como enunciações que, articuladas, resultam na produção do texto do resumo informativo. Primeiramente, apresentarei a concepção enunciativa de leitura formulada por Naujorks (2011) para, posteriormente, focalizar o ato enunciativo de escrita, a partir do trabalho inaugural de Endruweit (2006).

Sobre o fenômeno da leitura, parto do pressuposto de que o locutor-resumidor, ao ler o texto-base, se apropria das ideias do autor, convertendo-se em sujeito através dessa apropriação. A atribuição de sentidos por parte do leitor, num movimento de, através de sua leitura, singularizar o texto, está, pois, no centro de uma concepção enunciativa de leitura. Nessa direção, Flores e Teixeira (2005, p.8) destacam que a leitura é um fenômeno enunciativo, uma vez que

A pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, o que não garante, no entanto, que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. A relação intersubjetiva que se produz na leitura é sempre inédita. O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o resultado de um processo de apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência de leitura.

Essa passagem condensa magistralmente o que compreendo fundamentalmente como leitura: trata-se de um ato intersubjetivo em que o leitor se apropria do texto, *reconstituindo* seus sentidos.

Operando deslocamentos na teoria de Benveniste para construir uma perspectiva de análise para o ato da leitura, Naujorks (2011), ao defender que a leitura caracteriza-se pela intersubjetividade, sublinha que

[...] na leitura, há uma dupla instância de reciprocidade: em um primeiro momento, o locutor-leitor se apropria do enunciado e, com ele, coloca-se em uma relação de diálogo. O locutor, em nossa visão, dialoga com o enunciado, o texto. Não seria absurdo, portanto, considerar que, ao menos em certo sentido, o enunciado é um “tu” da relação “eu-tu”. O enunciado, nesse processo, é um tipo de interlocutor. É com ele que o locutor-leitor estabelece uma troca propondo-se como sujeito, o sujeito-leitor.

O interlocutor, assim, sob o ponto de vista da autora, designa o enunciado com que o locutor-leitor estabelece relação no ato/processo da leitura: o “eu” e o “tu” se encontram, portanto, implicados, o primeiro como aquele que (se) enuncia ao ler e, através desse ato, dialoga com o “tu”, o texto.

Essa reflexão sobre a intersubjetividade envolvida na leitura pode ser deslocada para pensar o resumo informativo: no momento da leitura do texto-base, etapa constitutiva do processo de resumi-lo, o aluno que lê – locutor-leitor – se constitui como sujeito-leitor, e o texto-base se configura como o interlocutor desse locutor. Assim, quando o locutor-leitor se propõe como sujeito a partir de um diálogo instaurado com o texto-base, instaura-se uma referência, um singular/imprevisível “ele”. Configura-se, portanto, uma nova relação

enunciativa na e pela leitura do texto-base, um singular “eu-tu-ele-aqui-agora”, que se materializará na escrita do resumo.

Como é possível depreender a partir do exposto, aparece, no processo de resumir textos, um jogo entre duas enunciações: a leitura do texto-base e a escrita do resumo, na qual a primeira constitui a condição para a realização da produção escrita. Nesse caso, o aluno-leitor é alçado à condição de interpretante da cultura acadêmica ao realizar essa dupla enunciação no contexto de escrita de resumos em sala de aula na universidade.

É por esse caminho que Naujorks (2011, p.94) define “a leitura enunciativa tanto como apropriação de sentidos quanto como atualização de sentidos”, visto que o enunciado/texto produzido pelo locutor do texto-base é atualizado/ressignificado pelo locutor-leitor no ato da leitura. Nessa concepção de leitura enquanto apropriação e atualização de sentidos, são pertinentes as palavras de Barthes (2004, p. 41):

A leitura é, de direito, infinita, tirando a trava do sentido, pondo a leitura em roda livre (o que é a sua vocação estrutural), o leitor é tomado por uma inversão dialética: finalmente, ele não decodifica, ele sobredecodifica; não decifra, produz, amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas; ele é essa travessia.

Com esteio nas formulações dos dois estudiosos acima mencionados, a leitura se configura como apropriação, atualização e sobredecodificação: o locutor-leitor, convertido em sujeito-leitor na e pela leitura, a partir de um texto, recria um novo sentido, sendo o espaço da leitura, portanto, aquele da intersubjetividade.

Tomado dessas considerações, questiono: há ainda espaço para pensar o resumo informativo como um texto fundamentalmente objetivo e imparcial? Ele retrata fielmente todas as ideias principais presentes no texto-base? É importante que se diga que não tenho o objetivo de destruir a concepção de resumo como síntese das ideias principais de um texto-base, com a exposição clara e concisa das informações que o autor do texto-base coloca como as mais relevantes. Sobre essa definição não tenho nenhuma objeção. Apenas busco mostrar um outro aspecto do fenômeno, que diz respeito ao fato de que esse gênero acadêmico revela, sim, a singularidade de uma leitura, que é comprovada pelo ato de escrita desse texto. Em outras palavras, o

resumo corrobora materialmente a apropriação, atualização e sobrecodificação de sentidos pelo locutor-leitor: a materialidade do texto do resumo se apresenta como o reflexo da capacidade de o locutor-resumidor se colocar no discurso como sujeito-leitor-escrevente que diz “eu”, constituindo a sua leitura do texto-base.

Ler, e especificamente ler um texto-base para depois resumi-lo, é construir um novo sistema de referências em um novo “eu-tu-ele-aqui-agora”. Assim, de posse do entendimento de que o sentido de um texto é constituído a dois – autor e leitor –, destaco que a escrita do resumo, que é a escrita de uma leitura, se materializa na tentativa, por parte do locutor, de que a produção de sentido seja a mais próxima possível do sentido desejado pelo locutor do texto-base. O resumo informativo possui, sim, a função de parafrasear outro texto, estando a serviço das ideias trazidas pelo locutor do texto-base, no entanto concebo que à mudança de forma corresponde à mudança de sentido, o que pode ser facilmente observado através da operação de agenciamento/organização de palavras, que é sempre única em cada texto.

Cada leitor, desse modo, imprime sua singularidade ao texto que lê. Aquilo que caracteriza uma enunciação vai, pois, na mesma linha da ideia segundo a qual o locutor-leitor, num ato pessoal, assume a leitura como um ato seu, intransferível, e daí se insere numa cadeia de sentidos, produzindo novos sentidos, singularizando-se. Isso traz consequências para o modo como deve ser olhado os resumos informativos: ainda que esse texto pretenda ser o mais fiel possível ao texto-base, ele não consegue retratar tão objetivamente as ideias principais deste, não por uma suposta incapacidade do locutor-leitor, mas, sim, devido a uma apropriação de sentidos por parte desse mesmo leitor, que se propõe como sujeito ao assumir a língua para produzir sentidos no ato da leitura.

Realizado o percurso teórico pela concepção de leitura sob a ótica da enunciação, é o momento de abordar a noção de escrita também sob a mesma lente teórica.

Em seu célebre artigo *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste acentua a subjetividade e a intersubjetividade como propriedades intrinsecamente associadas à apropriação da língua pelo locutor em determinado tempo e espaço. Ao enunciar-se na e pela escrita, o locutor mobiliza uma outra enunciação de retorno, dado o

princípio de intersubjetividade constitutivo da língua em uso. Especificamente sobre a escrita, apenas uma menção no final do texto:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem (BENVENISTE, 2006a, p. 90).

A conclusão possível que pode ser depreendida desde final é que Benveniste, sim, vislumbrava a existência de uma enunciação escrita e que ela igualmente pressupõe a intersubjetividade, visto que ela *faz os indivíduos se enunciarem*. Acredito que os atos de leitura e escrita estão contemplados nessa afirmação do autor: o locutor (se)enuncia ao escrever e, dado o princípio de intersubjetividade, possibilita ao colocutor, pelo ato de leitura, correferir no discurso, efetuando a passagem de leitor a sujeito. Assim, o ato de escrita supõe locutor e alocutário, porém de estatuto diferenciado ao dessas figuras na enunciação falada. Na escrita, locutor e alocutário são autor e leitor, concluindo-se, pois que abarcar a escrita implica necessariamente falar em leitura. Tal como anunciada, a enunciação escrita implica o ato (intersubjetividade), a situação (referência) e os instrumentos de sua realização (índices específicos e procedimentos acessórios), ou seja, o quadro formal de realização da escrita. Em complementaridade, Nunes e Flores (2012, p. 4), tomando a escrita como uma *forma complexa do discurso*, afirmam que

A enunciação escrita estabelece dois planos enunciativos [...], quais sejam, o plano daquele que enuncia e o plano dos indivíduos que têm lugar de enunciação garantido graças a essa enunciação. Ou seja, a enunciação escrita tem como uma de suas particularidades ser uma forma complexa do discurso por instalar uma dupla cena enunciativa, isto é, dois planos de enunciação.

Partindo da premissa dessa dupla enunciação, se, na escrita, há marcas daquele que escreve e das enunciações de outros, mobilizadas por esse mesmo autor, como se dá a incorporação da palavra do outro em textos acadêmicos, em particular no texto do resumo? Como se sabe, a escrita dos gêneros acadêmicos impõe que, em maior ou menos

medida, se incorpore o discurso do outro à escrita: “reproduzir a palavra do outro em textos acadêmicos é, dessa forma, uma imposição dos gêneros [...]” (NUNES; FLORES, 2012, p. 5).

Em continuação, a tese de Endruweit⁴ acerca de uma escrita enunciativa auxilia a refletir sobre uma concepção enunciativa do ato de resumir textos. A autora propõe dois modos de se conceber a escrita na sua relação com o ensino de língua na escola: de uma lado, a “escrita”, própria ao saber escolar, que trata do aspecto regular da língua, correlativa à exclusão do sujeito pela exigência de uma tentativa de cientificidade, em oposição à sua outra face, a “Escrita”, que diz daquela que se apropria da língua, da subjetividade com que marca sua passagem pela língua. Particularmente, é a concepção de “Escrita” que me interessa neste trabalho, uma vez que ela baliza o entendimento de conceber o texto escrito do resumo como produto de um ato enunciativo escrito de resumir. Logo, esse produto constitui-se como marca de subjetividade, de apropriação, de atualização de sentidos, enfim, uma das formas de o homem marcar sua presença na língua.

A escrita, no entanto, pode ser tomada como representação à medida que é materialidade, mas reduzi-la a essa condição representativa é ao mesmo tempo admitir que a escrita é a transparência do pensamento do autor, hipótese com a qual veementemente não concordo. O que interessa da escrita é, principalmente, sua capacidade, enquanto ato de linguagem, de *simbolizar*. E simbolizar o que senão a relação – sempre singular – do locutor com a língua, com a sua língua apreendida através das enunciações de que participa desde criança. Em suma, a escrita, assim como a leitura, são atos de simbolização e, por isso, subjetivos. Só vemos um homem escrevendo com outro homem, e para tanto só pode se servir de uma forma: *eu*. Ao escrever, implicitamente ou explicitamente, *eu*, ao mesmo tempo, escreve *tu*, visto que sua escrita se configura na relação com outro, estabelecida num espaço-tempo específicos, a fim de atualizar referências (ele) no discurso,

⁴ Estou ciente da preocupação de Endruweit (2006) com os rascunhos e com os modos do sujeito se marcar na escrita através da supressão, da inserção e da substituição, tal como nomeados pela autora. No entanto, não é nosso objetivo nos aprofundarmos nessas questões, uma vez que meu interesse reside em uma concepção de escrita sob o viés enunciativo.

constituindo-se como homem *na/da* cultura (ELE). Ora, na estrutura de toda enunciação, seja ela oral ou escrita, há três elementos implicados: o *eu*, o *tu* e o *ele*, posições que foram preenchidas, levando em consideração o ato de resumir textos. No diálogo, constitutivo do ato enunciativo e do ato de resumir, há uma intersubjetividade constitutiva, visto que, como ato individual de apropriação da língua, a enunciação e, por conseguinte, o ato de resumir instanciam aquele que escreve em sua escrita (*eu*) e o outro (*tu*) enquanto elementos necessários da conversão da língua em discurso – processo da semantização. No entanto, uma vez que, para que dois estejam co-presentes, um terceiro elemento necessita estar ausente, o *ele*, a unidade dialógica constituída pela conjunção entre *eu-tu* rompe-se com a instanciação da ausência, marcado pelo *ele*, considerado como o espaço da língua enquanto sistema simbólico constituído na cultura.

Tratar de uma escrita enunciativa é trazer para a análise as representações do sujeito na linguagem. Sabemos que, ao se apropriar da língua, o locutor opera escolhas que o singularizam em seu discurso: são estas escolhas lexicais, sintáticas, etc., que subjetivizam o locutor. Refletindo sobre a constituição do dizer no texto do resumo pelo locutor, destaco que, a partir do momento que a escrita do outro é atualizada em uma nova enunciação, a escrita do resumo, “[...] o que é do outro pode ser identificado apenas por meio de resquícios formais, pois se trata já de outra enunciação, que não ‘pertence’ mais a esse outro, dado que enunciar é se apropriar do aparelho formal da língua.” (NUNES; FLORES, 2012, p.13).

A escrita do resumo, assim, enquanto um ato legítimo de enunciação, designa um *apropriar-se* da escrita do outro, tornando *sua* a enunciação de outrem. Logo, a própria escolha do que é enunciado ou silenciado, no resumo, constitui um *recorte interpretativo* na enunciação do outro; escrever um resumo, desse modo, é *interpretar* subjetivamente a escrita do outro. Como apontado acima, o que resta da escrita do locutor do texto-base são resquícios formais, visto que a articulação forma-sentido ganha novos contornos na enunciação do locutor-resumidor, conforme ficará mais claro quando introduzir o conceito de *ressemantização*, vinculado ao ato de resumir texto.

Transpondo essa reflexão para a prática de resumir textos, fica evidente que o discurso do locutor do texto-base é base para a enunciação (nova) do locutor resumidor, à medida que é a partir do que

já foi dito que se pode configurar uma nova enunciação. Vale a pena atentar para o uso da palavra que utilizei para caracterizar a relação que existe entre o texto-base e o texto do resumo: *base*. De fato, não se trata de reprodução das ideias que constam no original, mas de uma apropriação, dada a reconfiguração da estrutura enunciativa *eu-tu-ele-aqui-agora*. A partir dessas reflexões, posso afirmar que a intersubjetividade na enunciação escrita do resumo ocorre numa reversibilidade ligada a dois atos enunciativos anteriores: a escrita do texto-base (1ª enunciação) e a leitura e, consequentemente, correferência desse texto pelo locutor-resumidor, distinto do locutor do original (2ª enunciação). Configura-se o processo enunciativo do ato/processo de resumir texto, através da articulação escrita-leitura-escrita. Trata-se, assim, de uma diacronia de três atos enunciativos que possibilitam a constituição do produto “texto do resumo”, resultante das relações intersubjetivas instauradas no e por esse processo. Nas modalidades de enunciação em que o estudante é solicitado a fazer a passagem de locutor a sujeito – leitura e produção escrita – fundam-se as condições de enunciação da situação de escrita de resumos em sala de aula, tanto dele quanto dos outros com os quais dialoga, condições que instanciam a interdependência entre homens-língua-cultura, tríplice aliança que encontra seu fundamento na propriedade da significação, responsável por tornar esses termos enlaçados um no outro.

A relação intersubjetiva no ato/processo de resumir se dá, principalmente, entre locutor do texto-base e locutor-resumidor: o último *corretere* o primeiro discurso daquele, através das atividades enunciativas de leitura e escrita, fazendo renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. O resumo emerge a partir da correferência do locutor-resumidor, a partir das referências que foram constituídas no ato enunciativo do locutor do texto-base.

Assim, a perspectiva enunciativa benvenistiana respeita o ato de resumir texto como um ato produzido a partir de um locutor-sujeito que resume, e não desvinculado desse, como o fazem alguns estudos na área, que tomam os resumos ou outros gêneros como objetos de estudo, desconsiderando precisamente aquele que lhe dá vida. Dessa forma, ao abordar o processo de resumir textos desde o ponto de vista enunciativo, penso a função do locutor-resumidor, à luz do que vimos aqui, tomando-o como leitor e produtor de textos e, portanto, como um

negociador de sentidos. É precisamente pelo “como”, em detrimento ao “o quê”, que este trabalho se interessa, uma vez que resumir é um ato que sempre deixa uma marca do processo de alteração daquilo que é transportado. Marcas essas que são resultado da leitura singular produzida pelo locutor-resumidor, uma vez que, como aponte anteriormente, o texto do resumo designa a materialidade de uma leitura: resumir implica compreensão/intepretação e, por isso, é enunciação. Nesse sentido, por mais paradoxal que possa parecer, o texto “resumo” joga com o “mesmo” e o “diferente”, simultaneamente: ele significa (ou tenta) o mesmo sentido do texto-base, mas, ao mesmo tempo, via novo agenciamento de formas (ressintagmatização), irrompe o diferente, uma outra possibilidade de significar.

Realizada essa exposição teórica acerca da leitura e escrita enquanto atos de enunciação, passo à próxima seção, cujo objetivo é elaborar uma concepção enunciativa para o ato de resumir textos escritos, tendo em vista a reflexão construída até aqui.

2 Uma concepção enunciativa para o ato de resumir textos

No que tange à produção de resumos informativos na universidade – foco do presente estudo - é de conhecimento compartilhado de que a produção desse gênero, de crucial importância na formação universitária, é uma das maneiras através das quais o estudante, além de evidenciar o registro de sua leitura de textos acadêmicos, manifesta sua compreensão do texto-base lido. Em outras palavras, o resumo constitui um registro de *compreensão* do texto-base, sendo esta uma etapa necessária para que a escrita do resumo, de fato, se concretize.

Das reflexões produzidas e da proposta que aqui se colocam, duas grandes questões guiarão este item, estando elas estreitamente relacionadas: Em que termos podemos conceber o ato de resumir, desde uma perspectiva enunciativa? E como uma teoria enunciativa pode responder a essa questão?

Para me encaminhar às possíveis respostas, partirei especialmente da orientação da leitura enunciativa de Gérard Dessons, em *Émile Benveniste: l'invention du discours* (2006), no que ela inspira a pensar sobre o ato de resumir texto como um ato de

apropriação do discurso de outrem, ou seja, afigura como um discurso sobre outro discurso.

De forma semelhante a uma aventura heurística, a escrita de Benveniste revela “singularidades terminológicas às quais devemos estar inteiramente atentos, porque a arte de sua terminologia não se dá por neologismos, mas, ao contrário, sua inventividade terminológica consiste acima de tudo na *propriedade* de seus termos” (JUCHEM, 2012, p.116-117, grifo do autor). Exemplo disso é o emprego do prefixo *re-* por Benveniste, objeto central da discussão aqui, uma vez que dessa reflexão poderei propor o conceito de *ressemantização*, indexado ao ato de resumir textos enquanto evocador da metasssemântica.

E é justamente na problematização do uso do prefixo *re-* como tendo um valor crítico para a teoria enunciativa, que me oriento pela leitura atenta e brilhante de Dessons, que postula a presença de uma antropologia da linguagem na obra de Benveniste. O primeiro exemplo retirado por Dessons de *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (BENVENISTE, 2005d, p.26): “A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem”. É importante dizer que na tradução para a edição brasileira (2005), a omissão do hífen e da marca tipográfica (itálico) de “*re-produit*” apresenta-se como um problema, pois confere ao termo “reproduz”, segundo a tradução, um sentido completamente diferente daquele atribuído por Benveniste nesse contexto teórico.

Conforme Dessons (2006), o prefixo *re-* porta dois valores nos escritos benvenistianos: de iteração e de invenção. Isso significa que, na terminologia própria de Benveniste, quando a questão é teorizar sobre a linguagem, as locuções “*à nouveau*” e a “*à neuf*” se glosam mutuamente, conferindo o valor de marcador de historicidade da linguagem atribuído a esse prefixo. (JUCHEM, 2012).

De acordo com Dessons (2006), o prefixo *re-*, bem delimitado pelo hífen, no caso de “re-produz” incorpora ao uso do termo o sentido enunciativo peculiar à proposta da Teoria benvenistiana: na língua e, portanto, na enunciação, não há reprodução, pois “o homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os

dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção” (BENVENISTE, 2006g, p.18). Afirmar isso equivale a dizer que, ao assumir a língua por sua conta, reconhecendo-a em sua natureza de comunicação *intersubjetiva*, o locutor-aluno apropria-se da escrita, seja qual for seu gênero, para marcar seu lugar, sempre renovado a cada vez que assume as palavras, mesmo que elas se refiram ao que outros disseram em outro tempo-espço. No caso particular de meu objeto de estudo, o ato de resumir um texto, observo, subsidiado pela leitura magistral de Dessons acerca do valor enunciativo do prefixo *re-*, que, apesar da tentativa de seguir a norma de escrita desse gênero, a própria historicidade da linguagem, marcada por esse prefixo, desfaz qualquer possibilidade de uma escrita canalizada para a repetição, haja vista que a invenção é a origem e a condição do homem na língua.

Aliás, a própria noção de enunciação como *o colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização* corrobora a função crítica atribuída ao prefixo *re-*, marcando um tempo eternamente presente, que se renova a cada ato de enunciação, produzindo os homens de linguagem em sujeitos que escrevem e, porque escrevem, se *inscrevem*, de modo singular, na língua-discurso.

Feitas as colocações preliminares, parto para as relações que elas estabelecem com o quadro teórico da enunciação benvenistiano e com a minha proposta do ato de resumir como uma *ressemantização* do discurso do outro. Neste ponto, o termo “*ressemantização*” merece atenção: a exemplo de “*re-produz*”, acredito que o ato da *ressemantização* possa se assumir como um termo enunciativo, à medida que está diretamente vinculada à acepção de historicidade do prefixo *re-*, demarcando, assim, o tempo presente inerente à enunciação que constitui a língua como o lugar da irrepetibilidade do sujeito.

Desse modo, como nos ensina Dessons (2006), se o prefixo *re-* porta dois valores simultâneos - o de “*iteração*” e o de “*invenção*” - , cumpre afirmar que ainda que a língua forneça uma base formal comum - a esfera do repetível - , fornece ao mesmo tempo as condições de enunciação, a partir do enquadre enunciativo *eu-tu-aqui-agora*, que tornam a utilização da língua cada um vez um acontecimento novo, reforçando, assim, o caráter de irrepetibilidade/invenção, característico do emprego da língua. Em suma, o prefixo *re-*, enquanto marcador de historicidade (temporalidade!) da enunciação,

justifica a asserção de Benveniste (2005d, p.31, grifo nosso) de que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, o mundo **recomeça**”. Iluminado por essa reflexão, afirmaria, pensando em meu objeto de estudo, que a cada vez que um locutor escreve um texto de resumo, expondo o acontecimento retratado no texto-base, o mundo representado nesse texto *recomeça*, no sentido de que assume novas roupagens de sentido e referência, haja vista o tempo sempre presente que se **renova** a cada inserção do discurso no mundo. Por isso, em toda enunciação, é sempre de uma renovação que se trata, visto que o homem, a cada ato, se *historiciza* de maneira única na linguagem.

Nesse ponto de vista, “o mundo não é um eterno retorno, mas uma constante criação”, como poetiza Dessons (2006, p.14), uma vez que, se a relação do homem com o mundo é fundamentalmente mediada pela linguagem, será a cada vez um mundo novo, porque falado e escrito (e **resumido**!) num *eu-tu-aqui-agora* sempre renovado. Desse modo, ainda que, em sua aparência, o texto do resumo assinale a mesma experiência retratada no texto-base, sabemos, tendo em vista tudo o que já foi afirmado, que não é possível que haja reedição na relação entre os interlocutores, uma vez que, na esteira do que afirma Juchem (2012, p.124), “a experiência é o próprio tempo da enunciação”.

É interessante, neste momento, para o estudo, trazer as noções de sincronia e de diacronia elaboradas por Silva (2009), que dialogam diretamente com a questão que venho discutindo acerca do valor crítico do prefixo *re-*. Tomadas em uma concepção enunciativa, vinculadas à singularidade do locutor, a noção de *sincronia* diz respeito à atualidade do discurso, o tempo eternamente presente da enunciação que se renova/reatualiza a cada enunciação, impingindo no locutor o sentimento de uma continuidade. Em contrapartida, a diacronia remete a essa renovação a cada produção de discurso do qual nos coloca Benveniste, constituindo sua língua a partir de suas histórias de enunciações, uma vez que, ensina Silva (2009, p.148, acréscimo nosso), “é pela história de suas enunciações que ele [locutor] se inscreve na estrutura da língua”. Assim, o aluno, locutor do texto do resumo, escreve na sincronia da enunciação, mas é “pela história de suas enunciações”, ou seja, pela diacronia, que ele traz para o seu discurso os valores que foram impressos na língua acerca do que significa resumir um texto-base. E é justamente por isso que o aluno

dedica-se a respeitar o que a tradição apregoa sobre como deve se organizar esse tipo de texto, porém, uma vez que a relação entre locutor, alocutário e a língua é refeita a cada enunciação, o texto do resumo se configura como uma nova *instauração*⁵, emergindo, assim, apesar da rigorosa normatização que envolve esse gênero, a constituição da subjetividade do aluno, o qual resume o texto-base a partir da *sua* compreensão desse texto.

Sob esses aspectos, retorno às perguntas do início desta seção: Em que termos podemos conceber o ato de resumir, desde uma perspectiva enunciativa? E como uma teoria enunciativa pode responder a essa questão?

Acredito que o emprego do prefixo *re-* com seu valor crítico por Benveniste já nos aponta cenários. Cabe responder à primeira questão a partir das relações que estabelecemos entre o percurso teórico e o objeto de estudo, o ato de resumir textos.

Conceito próprio dos estudos textuais, é preciso afirmar que o resumo acadêmico implica uma atividade de *retextualização*. Porém, o que seria *retextualizar*? Ou, antes disso, o que é *textualizar*, operação essa, obviamente, implicada na *retextualização*?

Conforme Matencio (2003, p.4), “textualizar é agenciar recursos linguageiros e realizar operações linguísticas, textuais e discursivas”. Ou seja, trata-se de realizar operações para que um texto seja recebido como tal. Já a *retextualização*, segundo a mesma autora,

[...] envolve a produção de um **novo** texto a partir de um ou mais textos-base, o que significa que o sujeito trabalha sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas identificadas no texto-base para, então, projetá-las tendo em vista uma nova situação de interação, portanto um novo enquadre e um novo quadro de referência. (MATENCIO, 2003, p. 4, grifo nosso).

Ora, sob a definição que a autora apresenta do que constitui a *retextualização*, sinto-me respaldado para considerar o prefixo *re-* presente no ato de *retextualizar* como igualmente marcador crítico de historicidade da enunciação, dada, inclusive, pelas palavras de Matencio (2003) que define o processo como a produção de um novo a

⁵ Termo cunhado por Silva (2009) para defender a ideia de que a aquisição da linguagem não é um processo de “evolução”, mas sim de *instauração*.

partir de outro texto-base. Logo, o ato de resumir um texto em sala de aula, tomado como uma nova instauração, é o espaço de preenchimento de um novo lugar enunciativo na estrutura *aluno (locutor)-professor (alucutário)/eu-tu/aqui-agora*, estrutura que se modifica na e pela língua a cada ato de colocação da língua em funcionamento.

Penso que esse movimento de trabalhar sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas implica não uma simples paráfrase do texto-base, sem uma implicação intersubjetiva. Ao produzir um texto a partir de outro, como é o caso do resumo, o locutor inevitavelmente se constitui como sujeito nesse processo, já que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005a, p.286), e ao se constituir como tal, ele deixa marcas de si no discurso. Dito de outra forma: esse movimento do locutor sobre as estratégias revela um trabalho com e sobre a língua, a *sua* língua, constituída através das relações intersubjetivas que foram estabelecidas no decorrer da sua vida em sociedade. Assim, se o *processo de textualização*, que guarda semelhanças com a operação de *semantização* de Benveniste, marca o trabalho do locutor do texto-base, a *retextualização* envolve a produção do resumo, visto que é a partir do texto-base, certa articulação de forma-sentido, que o locutor-resumidor se defronta, na tarefa de resumir (na *tentativa* de ser fiel) esse texto.

Tratando da oralidade e da escrita, Marcuschi (2010, p.48, grifo nosso), por sua vez, observa que as atividades de retextualização são ações presentes no cotidiano das interações humanas, pois “toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, **estamos transformando, reformulando, criando, modificando uma fala em outra**”. Ora, o ato de retextualizar, pois, na perspectiva defendida pelo autor, seria transformar, reformular, *recriar* e modificar uma fala e também – acrescentamos – uma escrita em outra. Acreditamos que todos esses verbos (denotadores de ação) empregados servem ao propósito de pôr em relevo a essência dessa atividade, que é integrante do ato de resumir textos.

Antes de continuar a teorização acerca do ato de retextualizar e relacioná-lo com questões de ordem enunciativa, é necessário deixar

bem marcada a diferença entre *retextualização* e *reescrita*. Segundo Matencio (2002, p. 112-113, grifo nosso),

[...] se *retextualizar* é produzir um *novo* texto, então se pode dizer que toda e qualquer atividade propriamente de *retextualização* irá implicar, necessariamente, mudança de propósito, porque não se trata mais de operar sobre o mesmo texto, para transformá-lo – o que seria o caso da *reescrita* -, mas de produzir *novo* texto.

Ora, se abordar a *retextualização* é implicar a produção do *novo*, penso que quando o aluno *retextualiza*, concomitantemente *ressemantiza*, já que, conforme destaquei acima, há uma *transformação, reformulação, recriação e modificação* no e pelo processo de *retextualizar*: ao voltar àquela forma e sentido (processo de *sintagmatização-semantização*) engendrados pelo locutor do texto-base, no processo de construção do resumo, ele opera dois processos: a *ressemantização* e a *ressintagmatização*. Ou seja, com o intuito de registrar *sua* compreensão do texto-base, ou seja, o sentido que ele construiu da leitura do texto-base (*ressemantização*), o aluno-retextualizador passa, a partir da *sintagmatização* empreendida no texto-base, a *reencadear* (*ressintagmatizar*) as palavras no enunciado do texto (resumo), promovendo, assim, uma nova configuração sintática que reverbera no sentido do todo do discurso. E é nesse movimento que se pode flagrar a relação singular entre forma e sentido articulada pelo locutor-aluno, isto é, a passagem de locutor a *sujeito*.

Consequentemente, para a *Enunciação*, o ato de resumir não pode ser visto como restituição/reprodução, visto que não há como reconstruir, em forma resumida, algo com o grau de efemeridade de uma *enunciação*. Não se trata, assim, de reproduzir um sentido de um texto original para o resumo, mas de, através de um ato interpretativo, produzir uma nova *enunciação* sob outra *enunciação*, na qual o sentido não é senão aproximativo daquele do texto original. A essência, portanto, de resumir não é repetir, mas *produzir*, em um novo tempo e lugar, um sentido. A tarefa do locutor-resumidor é, pois, a de articular uma nova forma a um “mesmo” sentido, “mesmo” entre aspas, pois, sabemos, na perspectiva *enunciativa*, nada permanece o mesmo, sendo o espaço da *enunciação* onde irrompe o novo, visto ela é da ordem do irrepetível.

Ora, quando acima me referi ao fato de que o ato de resumir se configura como uma enunciação sob outra enunciação, integrei uma questão essencial para o nosso entendimento do ato de resumir: a *metaenunciação*, de onde se origina a capacidade da língua de produzir significância sobre significância, ou seja, a possibilidade que a língua nos fornece de criarmos um “segundo nível de enunciação”, como denomina Benveniste (2006d, p.66). Essa capacidade metaenunciativa da língua corrobora o argumento de que a língua não é colada à realidade e à experiência objetiva, visto que “a linguagem *re-produz* a realidade” a cada vez de uma maneira nova, o que reitera a definição mesma do ato de resumir texto como um ato de *ressemantizar* o discurso do outro, dada a experiência do acontecimento, única e irrepetível. Desse modo, o processo de *ressemantizar* o discurso do outro, definidor do ato de resumir, coloca em voga um caráter fundamental: “o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo” (BENVENISTE, 2006f, p. 21). Ora, é nesse processo de *refazer* a língua-discurso do outro que irrompe a subjetividade do aluno resumidor, que *reproduz* a realidade de sua experiência subjetiva, *ressintagmatizando* para *ressemantizar* a enunciação e o enunciado do locutor do texto-base.

Esse movimento contínuo de referência sobre referência, em que intervêm simultaneamente os processos que nomeamos de *ressintagmatização* e *ressemantização*, é o que me possibilita caracterizar o ato de resumir texto como uma *metaenunciação*, ou seja, um ato de retornar ao discurso do locutor do texto-base para dizer aqueles sentidos e referências constituídos no texto-base de uma maneira nova, e justamente por ser um modo novo, não se trata mais de reprodução, mas sim de *re-produção*. O ato de resumir implica, pois, um retorno à regularidade da língua-discurso do locutor do texto-base para sua atualização *subjetiva* de forma e sentidos – a enunciação do resumo.

O aluno, no seu lugar de locutor do texto do resumo, *ressignifica* a enunciação anterior, constituindo uma nova enunciação, que colocará, por sua vez, a intersubjetividade como constitutiva da língua em emprego, uma vez que o aluno resumidor, no contexto de sala de aula da universidade, escreve o resumo informativo com o objetivo explícito de demonstrar ao professor e aos demais leitores sua

capacidade de sintetizar as principais ideias que constam no texto que lhe serviu de base. A intersubjetividade, assim, se marcará na tentativa por parte do aluno de tornar o texto do resumo dotado de uma autonomia, ou seja, que ele seja compreensível por si mesmo, desobrigando os futuros leitores do resumo à consulta do texto-base para verificação das ideias principais deste.

Resumir, em Enunciação, é sempre *recriação* de sentido. Todo resumo, independentemente do grau de fidelidade à forma do original, é uma paráfrase, haja vista que consiste em dizer “o mesmo” de outro modo (nova sintagmatização) e resumidamente, em uma *tentativa* incessante de resumir o que o texto-base disse. A guisa de conclusão, o sentido não é apreensível em sua totalidade e não é reproduzido de maneira justa, precisamente porque a forma muda. Eis o paradoxo envolvido no ato de resumir: o locutor resumidor visa a expressar o sentido como consta no texto-base, adaptando-lhe a forma, no entanto a própria mudança na forma - a *ressintagmatização* - impõe a mudança no sentido - *ressemantização*, em um círculo vicioso de viver na companhia constante da impossibilidade de traduzir plenamente o sentido produzido pelo outro. Talvez esteja aí a eterna condição do homem na língua.

Para mim, o ato de resumir um texto-base, assim como é para Barthes (2013) a prática da tradução, é entrar na dança: de igual modo ao tradutor, para o resumidor, o texto-base é uma coreografia, com a notação de figuras e de passo que se deve *reexecutar*. E o aluno-resumidor, que vai entrar na dança - com os meneios próprios de sua língua-discurso - deve encontrar o melhor jeito para acertar o passo. Ora, cada resumidor tem seu modo de se haver com a língua do outro e com a sua própria, uma vez que a própria dança é o rastro de uma luta: o embate entre duas línguas-discurso e o trabalho complexo do resumidor de achar o dizer exato. O aluno-resumidor deve, pois, conhecer a tática de luta e os passos da dança efetuados pelo locutor do texto-base, para, posteriormente, recompor esses passos, variando seu jeito e seu percurso segundo os acidentes do novo terreno - a língua que lhe é sua, algo de muito singular.

Quando ouvimos falar, através da história de enunciações sobre o resumo acadêmico-escolar (resumo informativo), que esse texto deve constituir-se como uma síntese fiel das ideias principais de um texto-base, cabendo ao aluno a (penosa) tarefa de ser unicamente o

porta-voz dessas ideias, remetemo-nos, sem muito esforço, à prática da escrita escolarizada, vazia de significados, a qual nega a subjetividade imanente à enunciação. Na história de enunciação com a escrita na escola, é inculcada em muitos alunos a concepção de que o texto é só forma, ou seja, o tratamento da produção textual apresentado pela escola contraria as reais condições com que usamos a língua, escapando à própria natureza do indivíduo, que só emprega a língua se tem algo a dizer, a quem dizer e a partir de um lugar para dizer, singularizando-se, assim, em sua língua. Desse modo, fica no aluno a impressão de que enquanto locutor ele não tem voz, não se constituindo em um *eu* que tem algo a dizer a alguém. Análogo ao imaginário dos alunos sobre o que significa resumir textos de outrem, reside e persiste a crença de que quem redige parece apenas organizar o conhecimento de outrem, e não o seu próprio, enquanto quem lê o texto – o professor – não identifica nele o *eu* que o produziu, tampouco modifica tais escritos. Tenta-se, desse modo, apagar os vestígios de subjetividade, muito embora o apagamento do sujeito seja impossível – eis o que procuro defender neste estudo. De qualquer forma, há uma espécie de distanciamento do *eu* e do *tu* que marca a instância escolar, numa espécie de protocolo de distanciamento, o que se revela tanto na produção do texto quanto na intervenção que o professor faz dele.

Especificamente quanto à correção/avaliação textual, é comum ainda encontrar casos em que ela se restringe à atribuição de uma nota ao aluno, desacompanhada de qualquer tentativa de diálogo/interlocução entre professor e aluno. O efeito prático desse tipo de procedimento no desenvolvimento da escrita do aluno é previsível: não só as potencialidades latentes permanecem estagnadas, como, especialmente, os problemas linguístico-discursivos se mantêm. Tudo isso, articulado à desconsideração da presença indelével do homem no seu discurso, instaura a produção de textos como um exercício meramente protocolar, inculcando no aluno a concepção de que na escola, lócus onde o aluno inicia sua história de enunciações com a escrita, escreve-se com o único e lamentável fim de receber uma nota do professor. Aqui, a crítica se dirige especificamente ao professor que corrige os textos dos alunos: para a desconstrução da atitude ancestral diante da língua escrita consolidada e perpetuada pela “história escolar”, isso requer que o professor se constitua como interlocutor efetivo do texto de seu aluno, conferindo-lhe o espaço necessário para

constituição de sua singularidade enquanto produtor de textos. Na situação específica do meu objeto de estudos, a interlocução se encontra definida, visto que o aluno sabe o motivo pelo qual produzirá um resumo informativo, assim como a que interlocutor o texto se dirigirá.

Ora, é preciso que seja ensinado ao aluno como se produzir adequadamente um bom resumo, no entanto acreditamos que o modo como esse ensino tem sido conduzido está equivocados: os professores de Língua Portuguesa das escolas e os que trabalham com produção de textos acadêmicos na Universidade precisam adotar o postulado de que a linguagem é própria de cada homem, e que, portanto, essa asserção invalida toda e qualquer tentativa de insistir na imparcialidade na linguagem. É possível – e disso não sou contra – e válido resumir um texto de outro autor e que esse resumo assuma uma certa relação com aquele, porém atente-se para o que disse: “uma certa relação”, a qual foi instaurada por um locutor que se *historicizou e se historiciza* de uma forma única na e pela linguagem. Não podemos nos esquecer que Benveniste nos ensina que o homem é fundado na dupla natureza da língua, individual e social. Essa dualidade entre o singular e o coletivo manifesta-se na conversão da língua em discurso, fazendo-se presente no ato de produzir um discurso a partir de um que lhe pré-existe, como é o caso dos resumos informativos redigidos em sala de aula, tanto no espaço da escola quanto na universidade.

Subsidiado sob o prisma enunciativo benvenistianiano para tecer reflexões sobre o ato de resumir textos, não há como escapar daquilo que parece ser fundamental: a condição do homem no mundo não parece ser outra – é um evento inédito. O homem, no mundo, jamais é repetição, pois esse é o eterno retorno da linguagem: tudo eternamente muda. Nada volta. O homem, que vive e experiencia sua presença na linguagem, é um ser inédito em um evento *à neuf*. Daí, o caráter imprevisível, criativo, subjetivo da linguagem.

Em vista do que afirmei nas páginas anteriores, acredito que a noção enunciativa do ato de resumir subjaz a noção de faculdade metaenunciativa, uma vez que ele caracteriza por uma nova produção de significância sobre a significância anterior em que o aluno se constitui e se marca como autor/resumidor. Em suma, o ato de resumir texto é, por esse viés, uma enunciação sobre outra enunciação, em uma tentativa de *afulnamento* dos sentidos principais expressos em outra

enunciação. É isso que resume a concepção enunciativa do ato de resumir, subsidiada pelo valor teórico do prefixo *re-*: um voltar-se ao texto-base na ilusão de um eterno presente, assegurando a *irrepetibilidade* de cada enunciação, uma vez que é na e pela enunciação que resumimos a experiência subjetiva ao alocutário, *reinventando-nos* a cada ato de tomada da palavra. Assim, como podemos flagrar a subjetividade implicada na produção do resumo informativo? Sem titubeio, responderia que é na e pela operação de *retextualização*, atividade que cunhei, em termos enunciativos, de *ressintagmatização-ressemantização*, que o sujeito se constitui, expressando, de modo singular, a capacidade de sintetizar um discurso alheio.

Produzindo um fechamento dessa seção, espero que tenha ficado assentado que o ato de resumir não é uma atividade mecânica e impessoal. Pelo contrário: trata-se de uma *arte* que exige argúcia, perícia e muita sensibilidade.

Retornando, por fim, à minha pergunta, como uma teoria enunciativa pode responder a uma definição enunciativa do ato de resumir? Sob todas as considerações acerca do prefixo *re-* e sua aplicação ao termo *ressemantização*, concluo que ele resume o que defendi ao longo desse trabalho: a enunciação, enquanto ato individual de apropriação da língua, não admite repetições, e o prefixo *re-* em *ressemantização* evoca a condensação do ato enunciativo anterior (texto-base) e ao mesmo tempo aponta para a necessidade um novo ato enunciativo, desenhando-se, assim, o ato de resumir aquele texto anterior. Desse modo, é com a noção de resumir enquanto *arte* de *ressintagmatizar* e *ressemantizar* que encerro essa seção e me encaminho para as considerações finais.

Considerações finais

Chegando ao término deste estudo, creio que o objetivo foi atingido, qual seja, o de propor uma concepção enunciativa para o ato de resumir textos em sala de aula, concebendo esse ato como um movimento de retorno aos sentidos e referências constituídos no discurso do texto-base para *ressemantizá-lo*, tendo em vista uma nova situação de enunciação, o que se coaduna com o valor do prefixo *re-*

empregado por Benveniste como estatuto enunciativo quando arrolado à irrepetibilidade da enunciação.

Por esse viés, os textos dos resumos não podem mais ser considerados sob o prisma da repetição, pois a língua empregada no ato de resumir só tem sentido quando referida a quem a enuncia, na singularidade de cada ato enunciativo. As propriedades da repetibilidade e da irrepetibilidade se imbricam no ato de resumir: a primeira está para uma certa exigência da cultura sobre o que caracteriza um gênero como o resumo, e a segunda está para a singularidade da enunciação na consideração do locutor que toma o discurso do outro para *reescrevê-lo* e, por conseguinte, *ressemantizá-lo*, na continuação de sua história de enunciações.

Se a linguagem enquanto intersubjetividade e o sistema da cultura, conforme aprendi com Benveniste, são condições necessárias para a possibilidade de existência do homem, a condição para o homem habitar a língua(gem) não é senão pelo *ato de resumir*, ou seja, não há como o ser humano constituir-se na língua para produzir uma história de enunciações que lhe permitirá *viver* se não for *resumindo*, na impossibilidade de tudo dizer. Logo, é na e pela enunciação, sempre *resumida*, que o homem atualiza a sua experiência de ser que fala, escuta, lê e escreve.

O estudo aqui desenvolvido, além de fomentar reflexão para o campo enunciativo ao inserir o ato de resumir entre seus possíveis objetos de estudo, contemplando a leitura e escrita enquanto atos de enunciação implicados na produção do resumo informativo, também põe em relevo as contribuições que reflexões advindas da Teoria da Enunciação de Benveniste podem proporcionar ao ensino de leitura e produção textual tanto na escola quanto na universidade, ao valorizar o espaço de enunciação que o aluno deve ocupar para se constituir em sua singularidade nas esferas das quais ele faz parte.

Referências

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Aula:** aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. Os níveis da análise linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005c.

_____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005d.

_____. Saussure após meio século. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005e.

BENVENISTE, Émile. A Natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005f.

_____. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005g.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a.

_____. Forma e sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006b.

_____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006c.

_____. Semiólogia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006d.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006e.

_____. Estruturalismo e linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006f.

_____. Essa linguagem que faz a história. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006g.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. _____. _____. **PCN+ENSINO MÉDIO: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEMT, 2002.

BRESSAN, Nilvia Thaís Weigert. **O deserto de uma metasssemântica esconde tamareiras em flor: o legado translinguístico de Émile Benveniste**. 2010. 138f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Éditions in Press, 2006.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. O campo do signo. Bauru: EDUSC, 2007. v. 1.

DUARTE, Cristiane. **Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário**. 1998. 167f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros de singularidade**. 2006. 206f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

FARIAS, Washington Silva de. Compreensão e resumo de textos: alguns aspectos teóricos e experimentais. **Rev. de Letras**, n. 22, v. 1/2, jan./dez. 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; _____. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidade de Émile Benveniste. **ReVEL**, n. 7, 2013. edição especial. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/cfd5dbc7e2d398cf5ed5cee1bee9e5d2.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

GRAEFF, Telisa. **Resumo de textos**: uma proposta baseada na Semântica Argumentativa. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

JUCHEM, Aline. **Por uma concepção enunciativa de escrita e re-escrita de textos em sala de aula**: os horizontes de um hífen. 2012. 195f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de re(textualização) em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.6, n.11, p.109-122, 2002.

NORMAND, Claudine. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 44, n.1, p. 12-19, jan./mar. 2009b.

_____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (Org.). **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996. p. 127-152.

NUNES, Paula Ávila. **A prática tradutória em contexto de ensino (re)vista pela ótica enunciativa**. 2012. 237f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

_____; FLORES, Valdir do Nascimento. A especificidade da enunciação escrita em textos acadêmicos. **Revista Desenredo**, v. 8, n.1, p. 235-252, 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2647>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

TITELLO, Diego. **Enunciação e intersubjetividade: o que revela o ato de resumir?**. 2015. 216f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

Recebido em: 10/07/2017

Aceito em: 30/08/2017